

### **Composição do ministério da Educação e foco na alfabetização**

É positivo que o novo ministro, Camilo Santana, tenha experiência em educação, e que venha do Ceará, estado com tradição em bons indicadores educacionais, sobretudo na **alfabetização**. Cabe ao MEC garantir equipes técnicas preparadas e dedicadas à recomposição das aprendizagens para mitigar os efeitos da pandemia e reduzir as defasagens. É benéfico o aceno para o esforço prioritário para a alfabetização, uma vez que se trata de um processo estruturante para toda a vida. Vale lembrar que, de acordo com os resultados do SAEB 2021, a maior queda de rendimento foi em leitura e escrita no 2º ano do ensino fundamental. Entre 2019 e 2021, mais que dobra o percentual de estudantes que sequer leem palavras isoladas ao final do 2º ano. Antes eram 15,5% e, agora, 33,8%. Para que o empenho em alfabetizar seja efetivo, é preciso que se construa um arcabouço de iniciativas para apoiar as redes estaduais e municipais – seja com formações para trabalhar as habilidades prioritárias a partir do que está proposto nos currículos alinhados à BNCC, seja com a instituição de uma avaliação específica.

### **Aceno à continuidade do Novo Ensino Médio**

Em [entrevista à Veja](#), o ministro declarou que “a ideia [do Novo Ensino Médio] tem aspectos positivos” como a ampliação da carga horária e a flexibilização dos currículos. Fez uma ponderação sobre a capacidade de implementação das escolas estaduais nos municípios menores e sinalizou a necessidade de mais dados para avaliar a política que “está bem no princípio”. Essa sinalização é benéfica, considerando o investimento feito até aqui, tanto em recursos técnicos quanto financeiros, e o curto período para a implementação do novo modelo, que ainda está chegando às escolas. Nós acreditamos que o aprimoramento do Novo Ensino Médio, como política de longo prazo, deve estar em pauta, levando em conta os dados e a escuta ativa de professores e estudantes.

## **Apoio efetivo à implementação da BNCC**

Para que a BNCC continue caminhando e apresente impactos efetivos na aprendizagem dos estudantes, é preciso garantir aos estados e municípios recursos técnicos e financeiros que subsidiem o alinhamento das formações de professores, dos materiais didáticos e das avaliações. Vale lembrar que, no início da implementação, a partir de 2017, o [PROBNCC](#), Programa de Apoio à Implementação, ocupava esse espaço, dando o suporte necessário às redes, mas foi descontinuado em 2019. Não existe cronograma para a implementação da BNCC nas etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental pactuado entre governo federal, estados e municípios e disseminado, nos moldes do que foi instituído na Portaria 521/2021 do MEC, para a implementação do Novo Ensino Médio. É importante que o novo governo proponha programas e políticas que sigam na mesma direção, consolidando uma coordenação nacional, que garanta a implementação de qualidade da BNCC e o monitoramento do processo.

## **Prioridade à recomposição das aprendizagens**

É importante que se debatam estratégias nacionais que caminhem para uma política de [recomposição de aprendizagens efetiva](#), considerando o desafio técnico que esta tarefa representa para os estados e municípios. É desejável que, por um lado, o MEC coordene um esforço nacional, instituindo uma política que norteie os principais eixos estratégicos para fortalecimento da aprendizagem nas escolas de todo o Brasil. E que, por outro, ofereça recursos técnicos e financeiros às redes, de forma que os estudantes mais vulneráveis (e mais impactados pelo fechamento das escolas) recebam mais apoio.

## **Retomada de temas fundamentais para o debate educacional**

Por fim, esperamos que este novo governo coloque em pauta debates que são verdadeiramente definidores para a educação, entre eles:

- a recomposição das aprendizagens no contexto da pandemia;
- a reformulação do SAEB, como principal indicador da qualidade da Educação Básica e
- a revisão da metodologia do VAAR/Fundeb, que impacta o repasse de recursos para municípios. Esta deveria considerar públicos prioritários, assim como os resultados das aprendizagens como fatores estratégicos para o repasse. Com esse arranjo, estados mais empenhados em promover a melhoria da aprendizagem receberão mais recursos.